

Identidade coletiva do profissional bibliotecário da era da informação: uma discussão permeada pela tecnologia

Collective identity of the information age librarian professional: a discussion permeated by technology

Katiusa Stumpf

Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Brasil.

E-mail: katiusa.stumpf.ks@gmail.com

Resumo

O artigo apresenta uma abordagem sobre a relevância da ética profissional para a consolidação de uma identidade coletiva do bibliotecário na atualidade. Foi realizada uma revisão de literatura com base em parte da bibliografia disponível atualmente. O objetivo consistiu em apontar qual a relevância da ética como pressuposto para o fortalecimento da identidade coletiva do bibliotecário e para o cumprimento da função social desse profissional no contexto da era da informação. Por meio dos valores morais, teoricamente ancorados na ética bem como nas normas de conduta do Código de Ética do Profissional Bibliotecário, o comportamento desse agrupamento é regido de forma que todas as suas potencialidades estejam voltadas para o atendimento das necessidades informacionais da sociedade. A ética agrega o comprometimento do bibliotecário com a sua profissão, com os colegas de trabalho, com o tratamento técnico da informação e com os usuários, ou seja, um comprometimento com a sociedade como um todo. Assim, a identidade coletiva do bibliotecário pode se fortalecer se houver ética profissional permeando suas relações, possibilitando engajamento político por meio de associações da categoria e propiciando, por fim, o cumprimento da função social da profissão.

Palavras-chave: Identidade Coletiva. Profissional Bibliotecário. Ética Profissional. Era da Informação.

Abstract

The article presents an approach to the relevance of professional ethics for the consolidation of a collective identity of Librarian today. A literature review was carried out based on bibliography. The aim was to point out what is the relevance of ethics as a precondition for strengthening the collective identity of Librarian and for the fulfillment of their social function in the realm of the information age. By means of moral values, theoretically based on ethics and also on the rules from the Code of Ethics of the Librarian Professional, the behavior of this grouping is regulated so that all their potentialities are turned to meeting the society information needs. Ethics incorporate the librarian commitment to their profession, to co-workers, to the technical handling of information and to the users, in other words, a commitment to society as a whole. Thus, the collective identity of the Librarian can be enhanced if there is professional ethics permeating their relationship, allowing political engagement through associations of category and providing, lastly, the fulfillment of the social function of the profession.

Keywords: Collective identity. Librarian Professional. Professional Ethics. The Information Age.

Introdução

Sabe-se que nesse começo de século acentuou-se a discussão de uma temática mais ampla a respeito da chamada era da informação. As facilidades oferecidas pelos recursos de informação e comunicação associadas com a informática viabilizaram o acesso ao conhecimento para significativa parcela da sociedade global. Mas não apenas isso, essas transformações apresentam também uma profunda influência nas normas, princípios e valores que norteiam a vida social dos indivíduos, bem como dos profissionais da informação e dos usuários de unidades de informação. Essa conjuntura social condiz com a atual dificuldade em encontrar respostas éticas para os novos e vertiginosos desafios decorrentes dos sistemas e tecnologias da informação, da inclusão e da exclusão informacional e social. Em função disso, a discussão desses temas e problemas relacionados à ética é cada vez mais urgente, tornando-se recentemente interesse temático para eventos e coletâneas no campo da Ciência da Informação. Essa emergência temática significa oportunidades para viabilizar o debate e a socialização do pensamento científico, social e profissional na vertente da ética.

A era da informação também representa o aumento do interesse na discussão do tema ética da informação despertado com o advento das novas tecnologias informacionais, bem como dos temas ética profissional, fundamentos da ética e da ética na formação acadêmica. Tal evidência pode ser constatada com o lançamento em 2009 pelo Conselho Federal de Biblioteconomia, por meio da Comissão de Ética Profissional, da segunda edição da “Bibliografia sobre Ética: fundamentos e ética profissional do bibliotecário: 2006-2008”, disseminando para a comunidade bibliotecária e acadêmica um total de 872 publicações disponíveis nos acervos de 26 instituições brasileiras.

Neste contexto social da chamada era da informação e de todas as implicações éticas nela envolvidas, conjuntura tão bem compreendida e explicada na obra de Castells (2006, 2007) que, este artigo, objetivou apontar qual a relevância da ética como pressuposto para o fortalecimento da identidade coletiva do profissional bibliotecário e para o cumprimento da função social da profissão no contexto da era da informação.

Desta forma, primeiramente é desenvolvida uma etapa de contextualização da era da informação, destacando-se a problemática da exclusão informacional que requer um posicionamento do profissional bibliotecário. Em seguida é feita uma abordagem quanto à função social desse profissional inserido em tal contexto, com foco na inclusão informacional.

Logo, discute-se sobre a identidade coletiva e o papel das associações no âmbito biblioteconômico. Por fim, são abordadas as questões éticas que permeiam as relações desse coletivo, destacando-se o Código de Ética Profissional do Bibliotecário. No fechamento do trabalho é apontada a relevância da ética como pressuposto para o fortalecimento da identidade coletiva do profissional bibliotecário e para o cumprimento da função social da profissão no contexto da era da informação.

Contexto social da era da informação

Os diferentes períodos da história revelam acontecimentos sociais e culturais dos quais resultam as atuais conjunturas sociais, que juntas compõem o que Castells (2006, p. 43) denominou como a era da informação, por englobar avanços científicos e tecnológicos em diversas áreas do conhecimento, inclusive em uma reestruturação do sistema capitalista. Segundo o autor, o mundo encontra-se em um momento em que “a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas”.

Castells (2006) demonstra que as revoluções tecnológicas ocorreram apenas em algumas sociedades e foram difundidas em uma área geográfica bastante limitada. Enquanto grandes áreas do mundo e consideráveis segmentos da população encontram-se desconectados das novas tecnologias da informação e da comunicação. Além disso, conforme o autor, a velocidade da difusão tecnológica é seletiva tanto social quanto funcionalmente. E o fato de países e regiões apresentarem diferenças quanto ao momento oportuno de dotarem seu povo do acesso ao poder da tecnologia, representa a grande desigualdade da era da informação.

No domínio dessa discussão Castells (2006) afirma que o paradoxo da era da informação é a desigualdade espacial no acesso à Internet. Embora a Internet tenha tido um índice de penetração mais veloz do que qualquer outro meio de comunicação na história e de continuar avançando, as diferenças de possibilidades de acesso ainda são enormes ao comparar países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Além disso, quem teve acesso primeiro e a quem teve acesso, pode fazer uma grande diferença, pois os consumidores da Internet também são seus colaboradores, seus produtores. Segundo Castells (2006, p. 439) “[...] o momento de chegada tão desigual das sociedades à constelação da Internet terá conseqüências duradouras no futuro padrão da comunicação e da cultura mundiais.”

Assim, pode-se dizer que nas últimas décadas do século XX ocorreu uma revolução tecnológica e informacional que transformou a humanidade. Como Castells (2007) deixou bem claro em sua obra, constituiu-se uma economia global dinâmica no planeta, ligando pessoas e atividades importantes de todo o mundo e, ao mesmo tempo, desligando das chamadas “redes de poder e riqueza” as pessoas e os territórios considerados irrelevantes pelos interesses dominantes. Trata-se de uma “cultura da virtualidade real”, constituída em torno de um “universo audiovisual” cada vez mais interativo que integra várias culturas num “hipertexto eletrônico”.

A velocidade em que essas transformações sociais ocorrem é descrita logo nas primeiras linhas da introdução do Programa Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde,

Rapidamente nos adaptamos a essas novidades e passamos – em geral, sem uma percepção clara nem maiores questionamentos – a viver na Sociedade da Informação, uma nova era em que a informação flui a velocidades e em quantidades há apenas poucos anos inimagináveis, assumindo valores sociais e econômicos fundamentais. (TAKAHASHI, 2000, p. 3).

Neste contexto, Castells (2007, p. 486) afirma que “a expectativa da era da informação representa o desencadear de uma capacidade produtiva jamais vista, através do poder da mente. Penso, logo produzo”.

A chamada sociedade da informação advém, portanto, de uma explosão informacional procedente da aceleração da produção econômica industrial e de serviços, em escala mundial, nas três últimas décadas, que promoveu uma superprodução e o desenvolvimento de novos canais de disseminação das informações.

Mattelart (2002) apresenta uma teoria de que a construção da sociedade da informação é ainda mais complexa do que o simples desenvolvimento tecnológico, destaca as questões geopolíticas considerando as guerras e disputas por territórios, as novas alianças internacionais, agrupamentos de países de acordo com interesses políticos e econômicos, disputas entre grupos políticos ideológicos ou grupos étnicos, globalização e ideia de “aldeia global”.

Segundo Fuks (2003) pode-se enumerar alguns fatores decisivos na passagem da sociedade moderna para a sociedade do conhecimento ou da informação:

- 1 – Revolução tecnológica da informática;
- 2 – Crises econômicas;

- 3 – Movimentos sócio-culturais tais como o feminismo, por exemplo;
- 4 – Colapso do comunismo;
- 5 – Revolução nas ciências biológicas, genéticas.

Para Castells (2007) nas últimas décadas foi bastante facilitado o acesso ao desenvolvimento, industrialização e consumo para os povos de muitas nações, inclusive aos brasileiros. Além disso, segundo dados estatísticos apresentados por Castells (2007) sobre saúde, educação e nível de rendimentos em todo o mundo, demonstram uma considerável melhoria em relação aos padrões históricos.

Entretanto, ainda conforme Castells (2007) o emergir do “informativo” no final deste milênio que antecipou o século XXI, esteve entrelaçado com crescente desigualdade e exclusão social em todo o mundo e deu origem as “novas facetas do sofrimento humano”. Sendo o processo de reestruturação do capitalismo da era da informação o responsável por grande parte desse sofrimento.

Os estudos de Castells (2007) revelam como a globalização da era da informação atua de forma seletiva incluindo e excluindo sociedades das “redes de informação” na medida em que vão se utilizando das novas tecnologias como instrumento para a acumulação de riqueza e difusão de pobreza. Castells (2007) também destaca o surgimento do "quarto mundo", representante de segmentos de sociedades, de áreas urbanas, de regiões e até mesmo territórios de países inteiros que são ignorados em um processo de exclusão generalizada, denominada pelo autor como “buracos negros do capitalismo informativo”.

Além disso, parte desesperada de alguns desses grupos sociais, para se ligar à economia global e escapar da marginalidade, terminou formando o que Castells (2007) chama de "a conexão perversa", quando o crime organizado em todo o mundo tirou vantagem da situação para promover o desenvolvimento da economia do crime global.

A era da informação também é tema abordado por Bauman (1999) que entende as transformações sociais das últimas décadas - aceleração da produção e da disseminação das informações por meio das novas tecnologias da comunicação – como fatores que constituem a modernidade líquida que, segundo Bauman (1999), representa a leveza, fluidez (qualidade dos líquidos e gases). Ou seja, um momento de libertação do peso, do sólido que representava os anos do capitalismo industrial, da territorialidade, quando os muros das grandes fábricas de Rockefeller abrigavam e mantinham os parceiros trabalhadores numa espécie de prisão

compartilhada. Desta forma, a modernidade líquida aponta para o fim da era da dominação dos assentados sobre os nômades, pois neste momento não prevalece mais o princípio da territorialidade e do assentamento, agora a elite é nômade e domina extraterritorialmente.

Trata-se, portanto, de uma reversão da tradição milenar, pois agora são os grandes e poderosos que evitam o durável e sólido, desejando o transitório e fluído. Nessa modernidade fluída os homens passaram a construir novas formas de transporte, o que lhes permitiu a manipulação do tempo, e a possibilidade, portanto, de viajar livremente por meio das *infovias* das redes da Internet.

A libertação das amarras do tempo e do espaço é muito bem explicada por Durkheim, inclusive, como destaca Bauman (1999). Pois o que verdadeiramente liberta os humanos é a coerção social. Assim, justamente quando o indivíduo se submete à sociedade, essa submissão torna-se a condição de sua libertação. Para o homem a liberdade consiste em não estar sujeito às forças físicas cegas; ele chega a isso se opondo a grande e inteligente força da sociedade, mas obtendo abrigo nela. Ao colocar-se sob as asas da sociedade, ele se torna, até certo ponto, dependente dela. Mas é uma dependência libertadora. De acordo com a visão durkheimiana, não há outro caminho para buscar a libertação senão submeter-se à sociedade e seguir suas normas. Nesse sentido, as normas capacitam tanto quanto incapacitam; a falta de normas anuncia a pura e simples incapacitação. Uma vez que as tropas da regulamentação normativa abandonam o campo de batalha da vida, sobram apenas a dúvida e o medo.

Nesse cenário de modernidade fluída e libertadora das amarras do peso, a ciência, a ética e a tecnologia exercem um papel fundamental e valores vão sendo modificados enquanto transformações sócio-culturais ocorrem cada vez mais rápidas. Assim, pode-se inferir que diversos dilemas éticos cercam esse mundo fluído, destacando-se ainda mais a valorização do comportamento ético pela opinião pública. Pois a conduta ética do outro passa a ser cada vez mais exigida e observada por medição tecnológica.

Portanto, a atualidade representa verdadeiros desafios éticos. No âmbito da Ciência da Informação, a própria regulamentação da produção e da distribuição da informação e do acesso às novas tecnologias são questões que merecem atenção. É preciso discutir os ideais do progresso humano e do desejo do bem-estar de todos, no presente e no futuro, tratando também da questão das novas tecnologias de informação que facilitam o acesso, manipulação e produção; e que se encontram voltados para interesses econômicos e políticos, demonstrando que nem sempre servem para o bem-estar social, de fato.

Função social do profissional bibliotecário da era da informação

Em meio às transformações sociais e tecnológicas das últimas décadas as tarefas dos bibliotecários também sofreram profundas transformações. Ortega Y Gasset (1997) explica como a biblioteca e bibliotecário passaram a ser necessários para a população. Quando se trata de um profissional da informação, já não se trata apenas de vocação profissional, mas de missão social, como o autor propõe:

De donde resulta que ahora el ocuparse en coleccionar, ordenar y catalogar los libros no es un comportamiento meramente individual, sino que es un puesto, un topos lugar social, independiente de los individuos, sostenido reclamado y decidido por La sociedad como tal y maramente por La vocación ocasional de este o el outro hombre. (ORTEGA Y GASSET, 1997, p. 04)

Esses efeitos da informação sobre a democracia e a vida social dos indivíduos, remetem ao comprometimento dos profissionais da informação com sua função social. Esses profissionais representam a “ponte” entre a informação e o usuário, Moore (1999). A própria interação do usuário com o bibliotecário, traz para este, muitas vezes, novas informações, dando sentido ao profissional através da dimensão humana e social.

Ortega Y Gasset (1997), pensador clássico e respeitado pela Biblioteconomia que escreveu e viveu de 1883-1995, define a biblioteca como uma instituição social, que tem, portanto, a finalidade de servir a sociedade como organismo de comunicação e o bibliotecário desempenha o papel de ser o mediador entre os usuários e a informação. Assim, a biblioteca ocupa um lugar central na estrutura da sociedade em todos os tempos. Esta visão da biblioteca e da função do bibliotecário caberia perfeitamente para a sociedade da informação.

Percebe-se que a vida vai do poder à crítica do poder e está estruturada em torno da escrita, dos textos. Grande parte da população não tem acesso a isto ou não sabe como desfrutar das possibilidades existentes. Além disso, segundo Moore (1999), ter acesso aos textos não é garantia de crítica, mas aumenta a chance de se conhecer as regras do jogo do mundo da escrita. Portanto, determinada parcela da sociedade tem muito mais chance de acreditar no que vê e ouve do que uma pessoa letrada que foi em graus variados introduzida no território da crítica e da desconstrução do mundo pela linguagem escrita.

Daí surge o comprometimento ético do bibliotecário com sua profissão e com a função social que lhe compete, devendo visar sempre promover o bem-estar social e, através de uma atividade educativa, garantir cidadania e assegurar os direitos de acesso à informação e a educação para todas as parcelas da sociedade.

Nesse sentido, é possível dizer que todas as pessoas podem se aproximar da ciência apenas pelo esforço de reflexão que constitui uma capacidade de todo ser pensante. Mas na sociedade da informação este esforço não pode acontecer sem mediação. Por isso, é importante que na escola, na universidade, na biblioteca, na mídia, nas comunidades e instituições em geral, as pessoas sejam motivadas para o pensamento cuidadoso, aquele que cuida da análise e da crítica e luta contra a violência, seja do discurso, seja dos indivíduos, seja das instituições, seja das nações.

Desta forma as pessoas podem ser capacitadas no processo de decodificação informacional para enfrentar o conturbado mundo das informações, das tentativas de manipulações que fazem parte de um processo alienador que dificulta um entendimento aprofundado acerca das questões políticas nacionais e internacionais provenientes do período pós-guerra. Período em que se estabeleceu um nexo da informação com a política, segundo González de Gómez (2002), destacando-se o poder de intervenção do Estado, já não apenas como dimensão de racionalidade administrativa, mas como fator estratégico do desenvolvimento científico-tecnológico, como enfatiza a autora:

Tendo essa competência de sobredecodificar e acumular excedentes de conhecimento e informação, um capital informacional (junto ao capital de força física e capital econômico) compõe o “metacapital” do Estado. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; 2002, p. 27)

Esse metacapital governamental tem um propósito, trata-se da conquista de poder, ou, de monopólio de um poder universal e absoluto. Por isso, é importante dizer que na sociedade da informação a informação é um bem poderoso que pode ser utilizado de diversas maneiras, para o bem ou para o mal.

Desta forma, a ideia de *governança informacional* apresentada por González de Gómez (2002), tendo como foco a inclusão digital, o direito a cidadania, os princípios de igualdade informacional e social (dispondo do acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação, capacitação para decodificação da informação, preparo educacional para uma reflexão crítica da informação e produção de conhecimento), corresponde a uma estrutura de informação que poderia sustentar uma sociedade desejada do ponto de vista do cidadão.

Para tanto, tal estrutura governamental requereria escolas e universidades públicas ofertando ensino de qualidade, bibliotecas públicas preparadas para atender a demanda de forma satisfatória, programas governamentais de difusão e distribuição das novas tecnologias da informação para todos os cidadãos, etc. Assim, essa *igovernança informacionai*

compreende transparência, abertura e acessibilidade. Nesse sentido, a política é a definição do bem comum, do cuidado com a comunicação, que é o cuidado com a condição humana em suas possibilidades coletivas de dignidade.

Portanto, é por meio da política pautada na responsabilidade social que a humanidade pode progredir verdadeiramente, ou seja, progredir humanamente e não apenas tecnologicamente. Assim, a função social do profissional bibliotecário é privar pela disponibilidade de acesso à informação para todos os cidadãos de forma igualitária, buscando por inclusão informacional e social para todos aqueles que ainda estão excluídos. Isso pode ser alcançado por meio de um engajamento maior destes profissionais em associações profissionais pautadas na ética, o que significa o fortalecimento da categoria e de sua identidade coletiva.

Identidade coletiva e o papel das associações no âmbito biblioteconômico

Nesse mundo de muitas mudanças, de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, as pessoas tendem a se agrupar em busca de identidade coletiva, de significado social, e, portanto, de igualdade. Tratam-se de mobilizações coletivas, de indivíduos que se agrupam em distintas categorias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais, profissionais. Ocorre um processo pelo qual um ator social constrói significado por meio de atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir outros segmentos sociais. Assim:

A afirmação de identidade não significa necessariamente incapacidade de relacionar-se com outras identidades (por exemplo, as mulheres ainda se relacionam com os homens), ou abarcar toda a sociedade sob essa identidade (por exemplo, o fundamentalismo religioso aspira converter todo mundo). Mas as relações sociais são definidas *vis-à-vis* as outras, com base nos atributos culturais que especificam a identidade. (CASTELLS, 2006, p. 58)

Esse fenômeno social também tem papel decisivo na política, especialmente no movimento feminino, movimento gay, movimento de direitos civis, grupos sociais e também de profissionais que buscam afirmação de identidades como boas para a sociedade e importantes para a política.

No âmbito profissional, conforme Dubar (2005), também busca-se consolidação da categoria, ou seja, um agrupamento que requer uma identidade coletiva. O autor considera que as profissões constituem um segmento específico de representação da força de trabalho, como um tipo de ocupação que consegue especial atenção da sociedade. As profissões,

portanto, são formadas por grupos de pessoas com conhecimentos e competências específicas adquiridas através de formação longa e sistematizada. Esses grupos definem suas regras e as relações que estabelecem com a sociedade e com as outras profissões por meio de códigos de ética.

Segundo Dubar (2005), a profissionalização se dá em três fases: engajamento, afirmação ou consolidação de uma identidade, além de buscar seguir determinados modelos de referência. Desta forma a profissionalização está pautada em três fundamentos principais: especialização; associações e uma teoria sistematizada, caracterizada por uma formação intelectual longa.

Para Rodrigues (1997), o processo de profissionalização é controlado através da formação, amparado pelas associações profissionais e pela proteção legal, sendo também orientado pelo código de ética. Assim o autor destaca como algumas das características essenciais das profissões: a criação de associações profissionais e os códigos de conduta ética.

Freidson (1999) aponta o controle rigoroso da formação e do exercício profissional como a base do poder das profissões e dos privilégios garantidos pelas universidades, pelas associações profissionais e pelo Estado.

Para que haja uma real consolidação de uma identidade coletiva de uma categoria profissional, esses autores convergem quanto à criação de associações de classe e o regimento da categoria por meio de um código de ética. Além disso, os autores concordam quanto à existência de uma base na responsabilidade social. Ou seja, defende-se a função social do profissional de dar um retorno à sociedade através da produção de conhecimentos a serem aplicados ou da prestação de serviços. Tal argumento ampara-se na crença de que todas as profissões buscam atender às necessidades sociais.

No âmbito da Biblioteconomia, Castro (2000) destaca a problemática do baixo reconhecimento social do papel do bibliotecário e, portanto, do distante alcance de um real fortalecimento da categoria e da consolidação de uma identidade coletiva do profissional bibliotecário.

Do ponto de vista de Souza (2009), as duas vertentes da educação em Biblioteconomia no Brasil (França e EUA) se unificaram na década de cinquenta, dando origem a um “ensino predominantemente técnico” e de formação generalista que continuou nos anos seguintes, a fim de atender ao crescimento das necessidades do desenvolvimento econômico. Mas é

importante destacar também que muitos fatos aconteceram após esse período (currículo mínimo, diretrizes curriculares, reuniões do MERCOSUL), visando dar aos currículos dos cursos de Biblioteconomia uma visão mais equilibrada entre formação humanística e técnica. Tratando-se de um esforço coletivo da categoria para fortalecer e assegurar qualidade para a Biblioteconomia brasileira.

Castro (2000) aponta que, até 1962, os bibliotecários brasileiros encontravam-se no dilema de não terem garantido os seus direitos, pela ausência de uma lei que regulamentasse a profissão. Era o que faltava para consolidar os avanços que vinham ocorrendo, mesmo timidamente, desde a década de trinta: ampliação do número de escolas e associações de classe, organização de eventos científicos e reconhecimento da Biblioteconomia como profissão de nível superior, dentre outras. Assim, com o objetivo de terem sua profissão reconhecida, os “bibliotecários-líderes” utilizam-se dos favores políticos, para alcançarem esta finalidade, imprescindível para o exercício da profissão (CASTRO, 2009).

Com a aprovação da Lei 4084/62, que regulamentou a profissão do bibliotecário, ainda de acordo com Castro (2000), entendeu-se que o exercício da profissão tinha as seguintes finalidades:

- a) resguardar e garantir o mercado de trabalho;
- b) legalizar e estruturar de modo eficiente o "cartório profissional" através da criação dos Conselhos de Classe;
- c) dar ao ensino de Biblioteconomia respaldo legal equiparando-o às demais carreiras de nível superior e;
- d) conquistar a valorização de status profissional reivindicado pelos bibliotecários.

A lei tão esperada não garantiu o alcance destes objetivos e muito menos contribuiu para minimizar os problemas que afetam a profissão dos bibliotecários: a integração entre os profissionais e a ausência de divulgação da profissão.

De qualquer forma é necessário lembrar que em grande parte o mérito da aprovação da Lei 4084 é da FEBAB por ser a instituição agregadora de todas as associações de classe, que impulsionaram, direta ou indiretamente, o reconhecimento da profissão do bibliotecário e a inclusão da Biblioteconomia entre as carreiras de nível superior. Além de congregar todas as associações de classe a proposta da FEBAB consistia em solucionar problemas

biblioteconômicos de diversas naturezas, dentre elas: intercâmbio profissional e associativo, divulgação dos assuntos de interesse dos bibliotecários e estabelecimento de um Código de Ética Profissional. (CASTRO, 2000).

Segundo Castro (2000), cabe à FEBAB:

- a) contribuir para a solução dos problemas relativos à Biblioteconomia, quer sejam nacional ou local;
- b) prestar assistência direta às associações filiadas;
- c) atuar como centro de documentação e informação das atividades biblioteconômicas no país;
- d) congregar as Associações Bibliotecárias do país com o objetivo de defender a classe.

Assim, as associações profissionais servem para representar a categoria, tendo como função lutar pelos objetivos da classe e pelo movimento de vários profissionais bibliotecários; os quais acreditam que a união e a composição de grupos podem causar mais impacto na sociedade, e assim garantir o espaço do bibliotecário e a consolidação da sua identidade coletiva.

Ética profissional para a consolidação da identidade coletiva do bibliotecário

A ética ocupou e permanece ocupando estudos e reflexões acadêmicas, e, conforme Garcia (2010) não poderia ser de maneira diversa, pois, nos tempos atuais, a sociedade, cotidianamente, refere-se à ética. Ela está cada vez mais presente no dia a dia e ocupa o lugar de destaque nas mídias impressa, televisiva e eletrônica e encontra justificativa na economia globalizada, com preocupação decorrente de princípios éticos e valores morais em instituições, empresas e grupos profissionais.

Várias definições de ética e deontologia foram apresentadas ao longo dos tempos, no conjunto de textos referentes ao primeiro Simpósio Brasileiro de Ética da Informação, Silva (2010, p. 108) faz uma explanação abrangendo os dois termos:

[...] a Ética trata/estuda o que é bom para o indivíduo e para a sociedade, tendo em vista qual a natureza dos deveres na interação pessoa e sociedade [...] a Ética é teórica, procurando explicar e justificar os costumes de uma sociedade, bem como

ajudar na resolução dos seus dilemas mais comuns. E, se é possível distinguir Ética de Moral, mais fácil e necessário se torna distingui-la da lei, embora esta tenha por base, natural e frequentemente, princípios éticos. Decorre, desta distinção, outra, que é subsequente: Ética não é deontologia e muito menos código deontológico, mas este será tanto melhor e oportuno, quanto mais e fundas raízes tiver na Ética.

Na perspectiva de Santos (2010) ética consiste em um conjunto de valores morais e princípios que norteiam a conduta humana na sociedade e permite um equilíbrio e bom funcionamento social, possibilitando que ninguém saia prejudicado. Neste sentido, a ética, embora não possa ser confundida com as leis, está relacionada com o sentimento de justiça social. A ética é construída por uma sociedade com base nos valores históricos e culturais.

Do ponto de vista da Filosofia, a Ética é uma ciência que estuda os valores e princípios morais de uma sociedade e seus grupos. Cada sociedade e cada grupo possuem seus próprios códigos de ética.

No âmbito da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, mais especificamente o profissional bibliotecário, precisa-se de atenção para questões como as apresentadas por Freire (2010a), sobre a diferenciação entre os que têm e os que não têm acesso à Internet. O advento das novas tecnologias da informação acrescentou uma nova forma de desigualdade e exclusão social às já existentes, a exclusão digital. A democratização do acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação deveria ser vista como elemento fundamental nas políticas de inclusão social, mediante a difusão das tecnologias digitais de informação e comunicação, especialmente para comunidades economicamente carentes.

Para Freire (2010b) a informação é um fenômeno que ocorre no campo social e pressupõe, para a sua existência, algumas condições básicas, tais como: ambiente social, agentes, canais. Essas são as condições que tornam possível o processo de comunicação entre emissor e receptor da informação. O ambiente humano é fundamental, sem ele não seria possível a existência e atuação dos agentes de informação no qual princípios éticos estão presentes. A informação seria, então, o elemento que unificaria a dispersão das questões relacionadas às políticas da informação presentes em cada um dos regimes de informação, independente de serem políticas públicas, informais, tácitas, explícitas, diretas ou indiretas. Assim, do ponto de vista de Freire (2010b) caberia à Ciência da Informação dar o embasamento teórico para proposição e discussão de ações que contribuam para promover políticas que possam ser utilizadas como instrumentos de gestão de recursos de informação.

No que diz respeito à atuação dos cientistas e profissionais da informação, Freire (2010a) considera que estes podem atuar na sociedade em rede, na qual é necessário criar

tecnologias, construir ferramentas e sistemas mais eficazes, não só para gerenciar informação, mas, também para facilitar ao ser humano a transformação da informação em conhecimento e, conseqüentemente, em ação na sociedade. Pois esta é a função social do profissional da informação.

Pinho Neto (2010) entende a responsabilidade social como um exercício de cidadania corporativa, no qual é necessário que todos os empregados de uma organização participem desse processo como membros ativos. É necessário construir uma política de responsabilidade social a partir de uma efetiva participação de todos os integrantes da organização.

Santos (2010) considera que o conhecimento específico sobre metodologias e técnicas para a gestão da informação e do conhecimento é fundamental, mas espera-se uma capacidade de gerenciamento que combine o conhecimento teórico com o conhecimento técnico, o conhecimento profundo na área de atuação aliado a uma ampla visão, a competência abrangente na especialidade em interação com uma ampla cultura geral, confiabilidade, criatividade, ética e honestidade, como forma de garantir uma sintonia com a moderna prática discursiva da Ciência da Informação.

Numa época em que pode-se dizer que a filosofia foi expulsa para a periferia e que uma mente tecnicista substituiu o “por que fazer” pelo “saber fazer”, Dupas (2000, p. 71) afirma que “A técnica nos possibilita o ‘saber como’ e não o ‘saber por quê’. Ela nos ensina como fazer certas coisas, mas não por que se deve fazê-las.” E que assim, pode-se ter todas as técnicas do mundo e ainda assim usá-las de forma equivocada. Sendo preciso, portanto, possuir, de antemão, a sabedoria em seu sentido ético para obter o melhor resultado do uso da técnica.

Dupas (2000) deixa claro que a nova sociedade aceita que a técnica se imponha como dotada de um poder próprio constituído pelas grandes empresas mundiais. Contribuindo para manter a ilusão de um crescente domínio, criando a imagem de um mundo que é possível manipular, transformar, simular. Um mundo em que a cultura mudada pelas forças da técnica tudo pode dominar. Fundamentando-se em Aristóteles, Dupas (2000) afirma que o que constitui o sentido da existência humana não é o domínio, mas o conhecimento. A prioridade do conhecimento também se dá no domínio da ação; a ética seria o conjunto de ações pelas quais o homem prudente, impregnado de razão, dá forma a sua existência. Somente esse comportamento garantiria ao homem não destruir a si mesmo. Sendo, portanto, da responsabilidade das decisões e dos atos humanos que o futuro depende.

Pinheiro (2010) também trata sobre responsabilidade social na Ciência da Informação, considera que a ética da política é a da responsabilidade. Segundo a autora há enorme dificuldade, na cultura brasileira, em compreender, ou em aceitar uma ética da responsabilidade, isto é, a ética que assume a perspectiva do poder. Esta dificuldade tem algumas origens, entre as quais uma de caráter mais profundo, que é a de entender a ação política. O desafio é articular o pessoal e o social, o ético e o político, o privado e o público. Nas ações de informação o poder, a responsabilidade e a ética são interdependentes, e uma dessas ações particularmente se afina com a temática desta comunicação, a conduta profissional.

Freire (2010a) complementa esta discussão considerando que ao compartilhar conhecimentos e apontá-los uns para os outros, o que é a condição elementar da inteligência coletiva, o ser humano que é um ser social, evolui em sociedade. A “inteligência coletiva” representaria a possibilidade de uma sociedade humana mundialmente conectada em rede e fundada no “reconhecimento e enriquecimento mútuo das pessoas”. Uma inteligência distribuída por toda parte.

Neste contexto, como aponta Lévy (1999), a ética que tem como consideração o outro, faz parte da inteligência coletiva. Essa ética é a Ética da Alteridade (Doutrina que compreende as ideias de humanismo, sem individualismo; companheirismo, capacidade de ver o outro como ser igual; responsabilidade para com o outro, capacidade de se colocar no lugar do outro na relação interpessoal).

De acordo com Marcondes (2007) a filosofia de Lévinas, considerando o seu pensamento contextualizado no século XX (duas guerras mundiais, abalo da tradição cultural do Ocidente, etc.), destaca a doutrina da ética da alteridade. Esta ética não apenas critica e denuncia os abusos da sociedade, como também clama por uma nova ética e um novo modo de vida mais justo e voltado para o bem comum. Assim, propõe o “humanismo do outro homem” deixando de lado o individualismo e a ética filosófica ocidental com suas ideias de disputa, solidão, egoísmo e luta para obter um “lugar ao sol” em meio ao sistema capitalista.

Ainda conforme Marcondes (2007) Lévinas fundamenta-se em Kierkegaard e em seu pensamento filosófico de que o “pessoal concreto” conta mais do que o “geral abstrato”. Também destaca-se a questão do “peso e solidão de ser”, uma vez que cabe a cada ser

humano sentir suas próprias emoções e sensações a seu modo subjetivo de ser, de se perceber no mundo e de sentir tudo o que está a sua volta.

A relação da alteridade segundo Oliveira (2000), parte do princípio de que o homem é responsável pelo outro sem esperar nada em troca. É nesta relação que ele se reconhece e se identifica na figura do outro. O homem pode fazer pelo outro o que ele faria por ele mesmo, numa atitude mais altruísta e despida dos interesses individuais.

Esses valores fazem parte do projeto de inteligência coletiva como um futuro utópico onde as relações humanas podem se dar de forma harmoniosa, agregando valores que todos os indivíduos possuem. Essa coletividade inteligente é propiciada pelas novas tecnologias, mais especificamente pelo *ciberespaço*, pelas redes da *Internet*. Desta forma, Lévy (1999) considera que as novas tecnologias tornam possíveis as potências de conhecimento que o homem traz dentro de si:

Os conhecimentos vivos [...] e competências dos seres humanos estão prestes a ser reconhecidos [...] Assim, que finalidade conferir às novas ferramentas comunicacionais? Seu uso mais útil, em termos sociais, seria sem dúvida fornecer aos grupos humanos instrumentos para reunir suas forças mentais a fim de constituir intelectuais ou “imaginantes” coletivos. A informática comunicante se apresentaria então como a infra-estrutura técnica do cérebro coletivo ou do *hipercortex* de comunidades vivas. (LÉVY. 1999, p. 25)

Além disso, essa inteligência coletiva engloba todos os saberes sem excluir ou considerar nulo qualquer indivíduo. Assim, o outro é sempre um ser desejável, respeitado.

A inteligência coletiva é, portanto e, segundo Lévy (1999, p. 208), uma utopia do instável e do múltiplo e “Responde a uma ética do melhor, mais que a uma moral do Bem”. Pois o Bem impõe-se acima das situações enquanto que o melhor é relativo e provisório. “O Bem contrapõe-se ao Mal, ele o exclui. Já o melhor, compreende” o mal, [...] contenta-se em “minimizá-lo”.

Por fim, pode-se dizer que uma cultura pautada nas relações humanas com valores morais, de responsabilidade para com o outro, é uma forma de viver bem socialmente, ou seja, de construir uma coletividade inteligente. Esse fenômeno também deve ocorrer dentro de grupos identitários, tais como os agrupamentos profissionais, como os bibliotecários.

A despeito dos deveres profissionais ou da deontologia, Souza (2009) esclarece como o termo deontologia adquiriu o sentido de representar os deveres que são assumidos pelas pessoas ao exercerem papéis ou atribuições profissionais. Segundo o autor, isso se deu a partir

da necessidade das pessoas, no exercício dos papéis profissionais, de assumirem compromissos de como se portar na condição de produtores de determinadas ações.

Assim, a noção do dever profissional se mantém até o momento presente e, portanto, é necessário reconhecer que “é um traço fenomênico estruturante da vida social e, por isso, insere-se na realidade construída pelos grupos humanos”. Conforme o autor a deontologia é um instrumento socialmente construído para configurar as estratégias e estabelecer as normas de conduta profissional também na profissão de bibliotecário. O grupo bibliotecário pode se distinguir por seus valores em ambientes diferentes, de acordo com a ordem política da sociedade onde esteja inserido.

Uma deontologia profissional nunca está completamente estabelecida, a deontologia de uma profissão deverá responder às circunstâncias atuais, contemporâneas à ordem social desse tempo e lugar. Tornando-se questionável, portanto, a existência de códigos de ética que não sejam coerentes em forma e conteúdo com os valores humanos e políticos de uma comunidade (SOUZA, 2009).

Gomes (2009), por sua vez, apresenta um artigo sobre o comportamento ético, considerando os fundamentos e orientações normativas ao exercício profissional do bibliotecário. Entende a ética como uma ciência da conduta historicamente orientada pela Igreja e, posteriormente, pela razão:

Historicamente a ética sempre foi debatida e orientada pelas religiões e pelo exercício da razão. Mais precisamente, no séc. VI a.C., período marcado pela Filosofia como o da “razão crítica”, os códigos éticos universais adquiriram contornos mais evidentes e como esforço de autorreflexão da sociedade humana emergiram as teses de grandes filósofos como Sócrates, Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Santo Tomás de Aquino, Hobbes, Hume, Hegel, Kant, Bergson, Heidegger, Habermas, entre outros, que enriqueceram o debate acerca da ética. (GOMES, 2009, p. 147)

Considerando a ética como uma ciência da conduta, neste caso, da conduta profissional bibliotecária, a autora faz uma abordagem acerca dos fundamentos e das orientações normativas referentes a este profissional.

Segundo Gomes (2009) a aplicação do Código de Ética do Profissional Bibliotecário está constricta à determinação da conduta de pessoas físicas e jurídicas que atuam na área da Biblioteconomia. (Art. 2º, parágrafo único; Art.6º da Resolução CFB 399/93; Art.1º da Resolução CFB 42/2002). Nesse contexto, considera-se infração ética qualquer tipo de transgressão ao Código de Ética, exatamente no que diz respeito ao não cumprimento dos

deveres e obrigações do profissional em relação aos seus usuários e clientes, aos seus colegas, em relação à sua categoria profissional e à negociação de seus honorários profissionais. Enfim, o Código de Ética pauta os direitos, mas também as ações proibitivas que buscam disciplinar as práticas bibliotecárias, enfim, ações punitivas da má conduta e indutoras do bom exercício profissional.

O Código de Ética, conforme apresentado por Gomes (2009), visa o respeito ao usuário; a necessidade de fazer com que o profissional torne-se útil à sociedade e, conseqüentemente, alcance o seu reconhecimento social; a lealdade para com os colegas de profissão; o respeito dos profissionais às ideias, aos trabalhos e às soluções produzidas pelos demais colegas; colaboração no combate ao exercício ilegal da profissão, etc.

As orientações do Código de Ética indicam a existência de um elo importante entre os interesses da categoria profissional e os interesses sociais. Isso se dá por se entender que a felicidade individual está contemplada na felicidade coletiva porque o indivíduo integra o coletivo. Neste sentido a identidade de qualquer homem se constrói a partir das relações que pôde e pode vir a estabelecer com seu meio, com seus pares e semelhantes humanos.

Por tudo isso, é urgente a incorporação consciente de tais princípios ao fazer bibliotecário, para que, por meio dele, cada membro desse agrupamento profissional construa e fortaleça sua identidade profissional e a identidade coletiva da categoria, visando o cumprimento da função social da profissão.

Considerações finais

No contexto da era da informação, considera-se desejável, do ponto de vista de crescimento da sociedade, que haja cada vez mais a intervenção de políticas governamentais públicas, de profissionais capacitados e engajados politicamente na luta contra as desigualdades informacionais e sociais.

O profissional bibliotecário é extremamente importante nesse contexto porque é o mediador da informação. Mas é necessário união, ou seja, a classe precisa estar unificada, consolidada em uma identidade coletiva que possa gerar verdadeiras alternativas de busca para a solução desses problemas sociais. Essa busca consiste na discussão do assunto, de sua divulgação pela mídia e da adoção de políticas de ampla difusão da informação em texto

escrito. O que como um conjunto de ações auxiliaria os governantes, buscando, por fim, um panorama social onde a ética profissional esteja voltada para o bem social.

A postura do bibliotecário, considerando-se a sua identidade coletiva, além de refletir sua formação profissional, também é decorrente do contexto atual da sociedade e das novas tecnologias em desenvolvimento contínuo. A fundamentação teórica aqui abordada revela que a ética profissional é extremamente relevante para o bibliotecário porque representa o regimento da categoria, agregando o comprometimento do profissional com sua profissão, com os colegas de trabalho, com o desenvolvimento do processamento técnico da informação e com os usuários, ou seja, um comprometimento com a sociedade como um todo.

Para o bibliotecário ser ético é cumprir a função social da sua profissão. Trata-se de promover o acesso à informação para todos os cidadãos de forma igualitária, o que pode ser alcançado por meio de um envolvimento maior destes profissionais no desenvolvimento de políticas para inclusão informacional e social.

A identidade coletiva do profissional bibliotecário, portanto, pode se fortalecer se houver ética profissional, empenho e engajamento político da categoria por meio de associações profissionais. Assim, a ética profissional pode ser apontada como um fator de extrema relevância para o fortalecimento de uma identidade coletiva e para o cumprimento da função social do bibliotecário.

O fraco engajamento político e em ações que visem o desenvolvimento social por parte do bibliotecário pode ter como uma de suas razões a ação dos cursos de Biblioteconomia e áreas afins. Outra razão, também, pode ser a pouca densidade de literatura apresentando o tema, pois, embora o interesse sobre a temática tenha aumentado significativamente nos últimos anos, ainda é insuficiente perante a relevância da mesma.

Assim, uma maior inclusão do tema ética profissional nos projetos pedagógicos dos cursos de Biblioteconomia, bem como uma mais ampla inserção do tema como objeto de pesquisa, poderá melhorar esse cenário.

Referências

- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1999.
- BIBLIOGRAFIA sobre ética: fundamentos e ética profissional do bibliotecário: 2006-2008. 2.ed. rev. e ampl. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009. 1 CD-ROM.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).
- CASTELLS, M. **O fim do milênio**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 3).
- CASTRO, C. A. **História da biblioteconomia brasileira**. Brasília (DF): Thesaurus, 2000.
- DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DUPAS, G. **Ética e poder na sociedade da informação**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- FREIDSON, E. **Renascimento do profissionalismo**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- FREIRE, G. H. A. Ética e políticas de informação: uma ação de informação no programa de cooperação acadêmica: novas fronteiras da CAPES. In: FREIRE, G. H. A. (Org.). **Primeiro simpósio brasileiro de ética da informação: ética da informação: conceitos, abordagens, aplicações**. João Pessoa: Ideia, 2010.
- FREIRE, I. M. A consciência possível para uma ética da informação na sociedade em rede. In: FREIRE, G. H. A. (Org.). **Primeiro simpósio brasileiro de ética da informação: ética da informação: conceitos, abordagens, aplicações**. João Pessoa: Ideia, 2010.
- FUKS, S. A sociedade do conhecimento. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 152, p.75-101, jan./mar. 2003.
- GARCIA, J. C. R. Por uma ética da informação. In: FREIRE, G. H. A. (Org.). **Primeiro simpósio brasileiro de ética da informação: ética da informação: conceitos, abordagens, aplicações**. João Pessoa: Ideia, 2010.
- GOMES, H. F. Comportamento ético: fundamentos e orientações normativas ao exercício profissional do bibliotecário. In: GOMES, H. F.; BOTTENTUIT, A. M.; OLIVEIRA, M. O. E. (Orgs.). **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil**. Brasília: CFB, 2009. p. 147-162.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-41, jan./abr.2002.
- LEVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 1999.

MARCONDES, D. **Textos básicos de ética de Platão a Foucault**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MOORE, N. A sociedade da informação. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **A informação: tendências para o novo milênio**. Brasília, 1999. p.94-108.

OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

ORTEGA Y GASSET, D. J. **Misión del bibliotecário**. México: ED LVI Legislatura de La H. Cámara de Diputados e seu Comité de Biblioteca e Información, 1997.

PINHEIRO, L. V. R. Ética e os dilemas e impasses da informação: reflexão sobre a divulgação científica ou popularização da ciência. *In*: FREIRE, G. H. A. (Org.). **Primeiro simpósio brasileiro de ética da informação: ética da informação: conceitos, abordagens, aplicações**. João Pessoa: Ideia, 2010.

PINHO NETO, J. A. S. Ética, responsabilidade social e gestão da informação nas organizações. *In*: FREIRE, G. H. A. (Org.). **Primeiro simpósio brasileiro de ética da informação: ética da informação: conceitos, abordagens, aplicações**. João Pessoa: Ideia, 2010.

SANTOS, P. L. V. A. C. Catalogação e ética no ambiente colaborativo e de empoderamento das redes Informacionais. *In*: FREIRE, G. H. A. (Org.). **Primeiro simpósio brasileiro de ética da informação: ética da informação: conceitos, abordagens, aplicações**. João Pessoa: Ideia, 2010.

RODRIGUES, M. L. **Sociologia das profissões**. Celta, Portugal (Oeiras), 1997.

SILVA, A. M. A pesquisa e suas aplicações em ciência da informação: implicações éticas. *In*: FREIRE, G. H. A. (Org.). **Primeiro simpósio brasileiro de ética da informação: ética da informação: conceitos, abordagens, aplicações**. João Pessoa: Ideia, 2010.

SOUZA, F. C. Dos deveres profissionais ou a deontologia. *In*: GOMES, H. F.; BOTTENTUIT, A. M.; OLIVEIRA, M. O. E. (Orgs.) **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil**. Brasília: CFB, 2009. p. 133-147.

SOUZA, F. C. **O ensino da biblioteconomia no contexto brasileiro: século XX**. Florianópolis: EDUFSC, 2009.

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

Artigo submetido em: 25 maio 2021

Artigo aceito em: 28 set. 2021